

HABEAS CORPUS Nº 515.452 - SP (2019/0168202-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RAFAEL LAURO GAIOTTE DE OLIVEIRA
ADVOGADO : RAFAEL LAURO GAIOTTE DE OLIVEIRA - SP308710
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFERSON HENRIQUE SEVERIANO DA COSTA

DECISÃO

JEFERSON HENRIQUE SEVERIANO DA COSTA alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na Apelação Criminal n. 3000922-68.2013.8.26.0637.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado, em primeira instância, **1 ano e 4 meses de reclusão, em regime aberto**, como incurso no art. 180, *caput*, do Código Penal (fls. 196-209). A sanção foi substituída por prestação de serviços à comunidade e multa.

O Tribunal estadual negou provimento ao apelo defensivo e manteve a sentença condenatória em todos os seus termos (fls. 282-289).

Neste *writ*, a defesa aponta **constrangimento ilegal pela não oferta de suspensão condicional do processo e pela majoração da pena-base em decorrência dos maus antecedentes do paciente**.

Pede, inclusive liminarmente, a **suspensão dos efeitos da condenação até final julgamento deste habeas corpus**, e, no mérito, a cassação do acórdão impugnado, e a determinação de sobrestamento do julgamento para apresentação de proposta de suspensão condicional do processo.

Decido.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **não vislumbro manifesto constrangimento ilegal** a ensejar o deferimento da medida de urgência.

No presente caso, o Magistrado de primeira instância, ao sentenciar o réu, destacou que a defesa não havia requerido o benefício em nenhuma fase do processo. Ademais, considerou ser "as certidões de fls. 07 e

10/11 dos autos em apenso demonstram condenações com trânsito em julgado. Nesse passo, **mesmo que já acobertadas pelo período depurador, não caracterizando reincidência, caracteriza 'antecedente criminal', o que obsta o benefício almejado**" (fl. 198, grifei).

O Tribunal estadual, ao refutar a tese defensiva, asseriu (fls. 285-286, destaquei):

[...]

Ressalte-se que, **na hipótese, os representantes do Parquet deixaram de efetuar proposta de suspensão condicional do processo, uma vez que "o acusado respondeu a inúmeros outros processos, bem como é reincidente"** (fls. 47), o que foi ratificado pelo MM Juízo *a quo* (fls. 49), tendo sido a nulidade arguida já afastada na sentença (fls. 175).

De qualquer modo, **verifica-se que o ora apelante ostenta duas condenações anteriores definitivas (proc. 288/1999 - Ex.**

01; e proc. 5/2003 - Ex. 02 - fls. 07, 10/11 e 17vº/18 do apenso próprio), as quais, ainda que atingidas pelo prazo depurador previsto no artigo 64, inciso I, do Código Penal, são suficientes para obstar eventual proposta de suspensão condicional do processo. Isso porque, nos termos do artigo 89, caput, do Código Penal, "nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime (...)" (grifo nosso).

Tais circunstâncias demonstram, à primeira vista, que, a despeito de haver sido condenado à pena de 1 ano e 4 meses de reclusão, o paciente não faz jus à suspensão condicional da pena, sobretudo em decorrência dos seus maus antecedentes, circunstância que afasta a plausibilidade jurídica do direito tido como violado.

Aliás, no que se refere às alegações de que não estariam configurados os maus antecedentes e de erro na dosimetria da pena, entendo que essas matérias confundem-se com o próprio mérito da impetração, razão pela qual deverão ser analisadas em momento oportuno pelo órgão colegiado, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao magistrado singular sobre os fatos alegados na inicial, devendo informar qualquer alteração no quadro fático atinente à ação penal de que se cuida, cujas respostas deverão ser remetidas **via malote digital**.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
Relator

